

## Em torno à obediência. Yolanda Gloria Gamboa Muñoz\*

**Resumo:** Nossa exposição mapeia a forma em que a velha problemática filosófica do comando-obediência opera como horizonte de análise, porém diferencialmente, em determinados escritos de Foucault e Veyne. No caso de Foucault referimo-nos a uma de suas pescas no pensamento greco-romano orientada a recolher uma diferenciação entre obedecer a si mesmo, próprio ao *cuidado de si* e à transformação da obediência em valor *per se*, que caracteriza o cristianismo. Ao mesmo tempo, avaliamos até que ponto, em suas análises sobre o poder, opera a problemática da *resistência* e a presença e/ou distanciamento da dupla comando-obediência, que direciona as cadeias sonoras do *Leviatã* de Hobbes. Dos escritos de Paul Veyne recolhemos determinadas análises da obediência que, tanto inseridas como extrapolando casos históricos, são efetivadas como reflexões filosóficas sobre a *imagem de ele-eles* (*image de lui-même et d'eux-mêmes*). Na parte final tentamos escutar alguns ecos do *comando-obediência*, materializados na escrita de ambos os pensadores e possíveis de ouvir a partir de Nietzsche. Finalmente, e a modo de Apêndice, acrescentamos nosso depoimento: *O 'caso Chile' sob a perspectiva da obediência*.

Palavras-chave: Obediência; Comando; Resistência; Vozes.

Around the obedience

**Abstract:** Our exposition maps the form in which the old philosophical problematic of command-obedience operates as horizon of analyze, however differently, in determinates texts of Foucault and Veyne. In Foucault's case, we refer to one of his fishings in the roman-greek thought, which is oriented to retract one differentiation between obedience to yourself, inherent to the *self care*, and the transformation of the obedience into value *per se*, which characterizes the christianism. At the same time, we evaluate untill which point, in his analyzes about the power, operates the problematic of resistance and the presence and/or detachment of both command/obedience, that can leads us to the sonorous chains of the *Leviatã*, from Hobbes. From Paul Veyne writings, we collect certain analyzes about obedience, which both inserted or extrapolating historical cases, take effect as philosophical reflexions about the image of he-they (*image de lui-même et deux-mêmes*). In the final part, we try to hear some echoes of the command-obedience, materialized in the writings of both thinkers, and possible hearing from Nietzsche. Finally, and as an Apêndice, we add our depoiment: *The case Chile: under the perspective of obedience*.

**Keywords:** Obedience; Command; Resistance; Voices.

Obedecer! Sob essa voz de comando impertinente queremos, nesta oportunidade<sup>1</sup>, ouvir determinadas *resistências* textuais dos escritos de Michel Foucault e Paul Veyne.

Isso porque, segundo nosso diagnóstico, suas vozes surgem com força, no cenário contemporâneo de uma desobediência nomeada civil? Religiosa? Individual? Subjetiva? Queremos simplesmente formular essas interrogações, pois séculos de entrecruzamentos de vozes impedem uma resposta simples.

Nesse sentido, e a partir de um trabalho localizado entre cenários filosóficos ocidentais, podemos marcar arbitrariamente três acontecimentos auditivos diferenciais: A desobediência à voz de Deus, no cenário cristão do pecado original, muito além de uma simples desobediência. A obediência civil como escuta das cadeias de vozes que vão da Boca do Soberano aos ouvidos dos súditos, no *Leviatã* de Hobbes. E, em terceiro lugar, aquele diagnóstico de carência de audição que surge no século XIX, na medida em que, para Nietzsche, não há ouvidos prontos para escutar “grandes acontecimentos”<sup>2</sup>.

Detenhamo-nos, desta vez, rápida e pontualmente na denominada separação do civil e eclesiástico que aconteceria no *Leviatã* de Hobbes. Na estrutura desse animal artificial, o Estado-Leviatã, ao qual precisamos prolongar a vida em função da segurança, são os próprios súditos que entregando ao Soberano sua deliberação e vontade (como último querer), em outros termos sua liberdade na-

tural, colocam em seus ouvidos as cadeias de vozes que, como leis civis, vão da Boca do Soberano até seus próprios ouvidos (Hobbes, 1979, p. 130). Há assim uma cadeia dos corpos políticos (fraca, criada pelo artifício das decisões humanas), como continuação, em outro nível, da prévia cadeia deliberativa (processo interno, plano particular de intenções e inclinações)<sup>3</sup>. Sobre o par comando-obediência cabe destacar sua atividade. O ofício da alma consiste em mandar (Hobbes, 1992, p.115) e o *Leviatã* terá uma alma artificial, que “dará vida e movimento ao corpo inteiro” (Hobbes, 1979, p.5), o Soberano, ficando assim estabelecido o ofício de quem possui o poder supremo como mando-ação. Diversas interpretações tem mostrado que também a obediência é ativa<sup>4</sup>. Pouco tem se insistido na operacionalidade da deliberação dentro do *Leviatã*, como âmbito próprio da atuação dos conselheiros, cujas falas são dirigidas ao Soberano como ouvinte único, pois só ele é capaz de transformá-las em ação<sup>5</sup>. Em relação aos conselheiros e à linguagem, Hobbes raciocinará sobre as deliberações secretas, advertirá sobre a periculosidade dos conselhos de muitos, descreverá as assembleias, etc.

Por outra parte, a voz de Deus não está ausente, mas limitada no *Leviatã* de Hobbes. Dado que a filosofia é conhecimento e “a providência pode ser objeto de crença, mas nunca de conhecimento”, nossa própria palavra não poderá ir na direção de Deus, limitando-se (Strauss, 1970, p.249). Não é possível uma relação direta com Deus (Hobbes, 1979, p. 194) e sua tripla voz (racional, sensível

e profética) será limitada à sua parte racional, sendo que dentro da tripla audição (justa razão, sentimento sobrenatural e fé) a única audição permitida no Estado-Leviatã será a “justa razão” (Hobbes, 1979, p. 212).

Antes de abandonar Hobbes repetiremos algumas considerações de Gerard Lebrun, para quem há muito tempo que “ser cidadão” é “ser obediente” (Lebrun, 1984, p.24). Neste sentido Hobbes, tenta “tornar-nos inteligível o fato da cumplicidade inevitável entre o súdito e o soberano, entre o dominado/protegido e o dominador/protetor” (Lebrun, 1984, p.36). Por outra parte, “o *utilitarismo* de Hobbes leva-o forçosamente a admitir como necessário um poder, capaz de decidir e legislar, que tenha seu *princípio apenas em si próprio*, e que não se refira a nenhuma legislação (divina ou humana) externa a ele” (Lebrun, 1984, p.39). Desse modo, deve-se obedecer à lei porque é a lei, pois, na fórmula de Hobbes, “É a autoridade, não a verdade, que faz a lei” (Lebrun, 1984, p.40).

Para ninguém é novidade que o próprio Foucault, (operamos sempre no hiato entre o que diz fazer e o que efetivamente faz em sua discursografia<sup>6</sup>) caracterizou seu trabalho como *Anti-Leviatã*. Em 1976 (Foucault, 1994, III, p.179) afirma que muito mais do que perguntar como o soberano aparece no alto (*en haut*), seu trabalho procura saber como são constituídos os sujeitos de forma progressiva, real e material, a partir da multiplicidade de corpos, forças, energias, matérias, desejos e pensamentos. É dessa forma que seria

possível colher a instância material da sujeição na constituição de sujeitos exatamente ao contrário do que Hobbes pretendia fazer no *Leviatã*. Foucault, em vez de colocar o problema nessa alma central do *Leviatã*, o Soberano, diz ensaiar um estudo “dos corpos periféricos e múltiplos, constituídos como sujeitos pelos efeitos de poder” (Foucault, 1994, III, p.180), tendo em vista que, na sua diferencial configuração transformável e nominal, esse poder “transita pelo indivíduo que ele mesmo tem constituído”. Nesse sentido, Hobbes, segundo a avaliação de Foucault em “La ‘gouvernementalité’”, quis “encontrar os princípios diretores de uma arte de governar” (Foucault, 1994, III, p.650).

Seria necessário mostrar neste aspecto o mapeamento diferencial, em relação ao esquema do *Leviatã*, constituído pelas redes de poder de acordo com a configuração efetuada por Foucault, mas, ao continuar, nos limitaremos ao problema da obediência e desobediência. A ênfase foucaultiana, estará na *resistência*, tratando-se de uma problemática completamente relacionada à da *obediência*, que explicitamente emerge nas análises foucaultianas do cenário cristão, nas quais se destaca a peculiaridade da obediência *per se*. Neste sentido, numa das aulas do Curso do *Governo dos Vivos* (Foucault, 2012, p.247) trabalha cuidadosamente os aspectos da obediência segundo Cassiano: *Subditio* (submissão, o fato de ser sujeito, plasticidade total que constitui a forma geral de relação (*relation*) aos outros, uma vez que “*eu quero o que quer o outro*”); *Patientia* (passividade, não resistência e, ao mesmo tempo, capacidade de resistir

como uma atitude respeito ao mundo exterior “*eu quero não querer outra coisa que o outro*” ) e, em terceiro e último lugar, *Humilitas* (*relação (rapport)* a si que significa colocar-se tão abaixo quanto possível, desqualificando sua própria vontade, pois nesta relação “*eu quero não querer*”). Nessa leitura, destaca-se como “*a obediência produz obediência*” (Foucault, 2012, p.264) de modo a estabelecer diferença entre a obediência exercida na antiguidade (cujo objetivo era obter felicidade, saúde) e a cristã, quando se obedece para tornar-se obediente. Por intermédio da leitura de Cassiano seria possível perceber como a obediência é e deve ser anterior a toda ordem e comando (Foucault, 2012, p.265)<sup>7</sup>.

À produzida virtude da obediência soma-se que,

o governo dos homens exige daqueles que são dirigidos, para além de atos de obediência e de submissão, ‘atos de verdade’ que têm como particularidade o fato de que não somente o sujeito é obrigado a dizer a verdade, mas dizer a verdade sobre si mesmo ( FOUCAULT, 1997, p.101)<sup>8</sup>.

Existiria, portanto, nessa exigência, uma relação entre verdade íntima e obediência<sup>9</sup>. Por outro lado, curiosamente nessa camada discursográfica diferencial constituída por seus cursos, Foucault já havia apontado a possibilidade de uma desobediência populacional:

(...) deve haver um momento em que a população, rompendo com todos os vínculos de obediência, terá efetivamente o direito, não em termos jurídicos, mas em termos de direitos essenciais e fundamentais, de romper todos os vínculos de obediência que ela pode ter com o Estado e, erguendo-

-se contra ele, dizer doravante: é minha lei, é a lei das minhas exigências, é a lei da minha própria natureza de população, é lei das minhas necessidades fundamentais que devem substituir essas regras de obediência.(Foucault, 2008, p.479).

Não por acaso mencionará a Reforma, como o primeiro movimento crítico entendido como arte de não ser governado e, a partir dessa vontade decidida de não ser governado, a *atitude* individual e coletiva, de sair de seu próprio e culpado estado de tutela<sup>10</sup>.

Em todo caso, obediência e desobediência constituem problemáticas transversais à discursografia foucaultiana, embora explícitas principalmente nos *Cursos*, e que, num determinado momento<sup>11</sup>, talvez fossem tática e gradualmente “desviadas” para a problemática da *resistência*. E será a problemática da resistência que surge e destaca-se no cruzamento entre diagnóstico intelectual, perigos e determinada configuração estratégica e nominal do poder pensada como configuração de relações de forças. Para Foucault a resistência constituiria a outra face de um poder caracterizado como *relacional e produtivo*. É possível detectar na discursografia um constante movimento do pensamento que se encarrega de modificá-la e aperfeiçoá-la. Numa entrevista de 1977, ao explicitar sua expressão “*Onde existe poder, existe resistência*” (Foucault, 1976, 125) Foucault distancia-se da teoria do poder em termos de ‘coisas’ e da escolha estético-moral que o qualifica de ‘mal’, ‘feio’ e ‘morto’, ele diz:

Esta resistência de que falo não é uma substância. Ela não é anterior ao poder que ela enfrenta. Ela é coextensiva a ele e absolutamente contemporânea (...) Para resistir, é preciso que a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele. Que, como ele, venha de ‘baixo’ e se distribua estrategicamente” (Foucault, 1985, 241).

Mas, ao pensar a resistência, Foucault não se deteve nesse ponto. Consideremos que é possível marcar um percurso transformável dessa problemática na discursografia foucaultiana, no qual poderemos apontar predomínios de determinados eixos: resistência-defesa, resistência-ataque, resistência catalisador-químico (Muñoz, 1994:101-109). Limitemo-nos a assinalar, nesta ocasião, o último tornar-se: a *resistência* como conceito-arma transversal às análises sobre o poder e à alquimia intelectual de discursografia e forma de vida. Numa de suas últimas caracterizações Foucault assinala seu novo modo de investigação das relações de poder: “*utilizar a resistência como um catalisador químico*” (Foucault, 1984b, p. 300). Utilização metafórica, estratégica e microscópica de pequenos fatos, pois o instrumento não se limita a ampliar os fatos/resistência detectados; também procura acelerá-los. Através desse uso será possível pôr em evidência “*as relações de poder, ver onde se inscrevem, descobrir seus pontos de aplicação e os métodos que utilizam*” (Foucault, 1984b, p.300). O próprio instrumento de aceleração catalisadora insere-se na tarefa ético-política. Abre-se um *espaço* onde é possível atravessar, somar e acelerar as *lutas* hoje dominantes. No diagnóstico foucaultiano as *lutas* de hoje são transversais, ime-



diatas, anárquicas e questionado-ras do “status” do indivíduo e da circulação e funcionamento do saber. A luta pontual é mais atuante e afirmativa na medida em que se circunscreve. Procura-se assim atingir uma *técnica particular, uma forma de poder*, hoje predominando a luta contra técnicas e formas que transformam os indivíduos em sujeitos submissos (e assim obedientes podemos acrescentar) Submissos e obedientes diante de quem? Se perguntarmos, a discursografia pontualmente responde: submissos aos outros e à sua identidade (Foucault, 1984b, 301-3). Procuram-se *novas formas de subjetividade*. Se levamos essa resistência-afirmativa ao nível das lutas políticas atuais, teríamos que entendê-la como resistência ativa e produtiva das minorias, ou seja, fora dos “modelos dados”. Neste sentido, são pertinentes as considerações deleuzianas que não distinguem maiorias e minorias pelo número, mas pelo “modelo”. O modelo definiria as maiorias e as minorias não teriam modelo; é por isso que as últimas podem se considerar um devir, um “*processus*” (Deleuze, 1990, p.234-5). Em todo caso a expressão discursográfica “*onde há poder, há resistência*” adquire a forma, segundo nossa leitura: *onde há resistências, há poder e perigo a ser diagnosticado*. Trata-se de uma virada operativa e não de uma pré-existência substancial, onde o próprio operador transforma-se num “ponto de Arquimedes” para as análises *microfísicas* efetuadas pelo “intelectual específico”<sup>12</sup>.

Nesse sentido a resistência é constantemente pensada a

partir do âmbito mais sutil que denominamos *cenários filosóficos*. Neles Foucault pratica a desobediência, sobretudo em relação a determinadas filosofias políticas. Escolhe, como já dissemos, Hobbes, para lidar com a obediência à Soberania na forma do “anti”. Porém, em Kant e Hegel não poderíamos escutar ressonâncias mascaradas dessa mesma problemática?

Cabe, no entanto simplesmente perguntar: Qual seria a ligação filosófica da qual se desfaz Foucault e que acaba fazendo dele um pensador da resistência afirmativa e catalisadora?

Para tentar responder, consideremos as figuras que se mostram como avesso da resistência no “cenário filosófico”, recorrendo, por exemplo, ao escrito *O avesso da dialética: Hegel à luz de Nietzsche*. (Lebrun, 1988), que trabalha com operadores nietzscheanos e situa o universo hegeliano precisamente como anulação de toda situação de força<sup>13</sup>. Nele emerge a seguinte avaliação das chamadas “liberações” hegelianas:

Não resistas ao mal... A dialética vai ainda mais longe: manda que pactues com a dor, que compreendas que não és ‘tu’ quem ela lesa, porém é o Si que ela enriquece. Incapacidade de resistir transformada em ontologia. (Lebrun, 1988, p.184)

Neste sentido cabe destacar que na própria discursografia foucaultiana encontra-se a análise da “mediação universal” como reforço da “logofobia” (Foucault, 1971, p. 50-51). Posteriormente, Foucault parece abandonar essa luta explícita diante dos diversos

pontos do universo hegeliano, embora seja possível dizer que contribui para a implosão do próprio *cenário dialético*, à medida que: acentua o esquema estratégico, trabalha com metáforas guerreiras, destaca elementos nietzscheanos e anti-nietzscheanos e procura abandonar aquilo que é animado pelos poderes do negativo<sup>14</sup>. No entanto, segundo G. Lebrun, Foucault teria utilizado Hegel, precisamente ao considerar o Estado Moderno como manipulador<sup>15</sup>.

Finalmente acrescentemos que, em relação ao percurso da resistência nos cenários filosóficos, seria preciso incluir a reflexão de Foucault sobre a própria noção de “enkratéia” no bloco greco-romano que nos parece reforçar todos os pontos mencionados<sup>16</sup>, como também a posterior armadura e armadilha de proteção constituída pela “ontologia do presente”<sup>17</sup>?

Porém, há um ponto não mencionado, inclusive entre aqueles estudiosos das relações entre Foucault e Kant; a possibilidade de pensar a resistência como categoria não negativa, demandando reciprocidade, poderia ter sido extraída heurística e estrategicamente por Foucault da *Crítica da Razão Pura* de Kant<sup>18</sup>. Kant esclarece, por exemplo, que na *categoria de comunidade*,

(...) as partes não podem estar uma contida na outra, mas são pensadas como coordenadas uma à outra, não como subordinadas, pelo que não se determinam entre si num só sentido, como numa série, mas reciprocamente, como num agregado (quando se põe um membro da divisão, todos os outros são excluídos e inversamente)(Kant, 1985, p.114,115)

Resistência e relações recíprocas<sup>19</sup> são problemáticas tão caras ao percurso foucaultiano que, trabalhá-las nesta ocasião, nos impediria de mencionar a pesca de Foucault no cenário Greco-romano, que em relação à obediência, mostra-se como um cenário problemático privilegiado. Ao destacar o *cuidado de si*, Foucault privilegiará as práticas e o pensamento grego que consideram a *enkratéia* como uma forma ativa da direção sobre si (Foucault, 1984a, p.74-90), condição da *sophrosune*, na medida em que nessa forma de trabalho e controle sobre si, o indivíduo torna-se temperante. Já haveria relação agonística e combate espiritual no pensamento grego clássico, não só com os adversários, mas consigo mesmo. Seus adversários, destaca Foucault, são uma parte dele mesmo (*lui-même*). O resultado da atitude polêmica a respeito de si mesmo era expresso em termos de vitória; dessa maneira, o indivíduo instaurava uma relação a si do tipo dominação/obediência, comando/submissão, direção/docilidade o que constituiria uma estrutura “heautocrática” do sujeito na prática moral dos prazeres (diferencial à relação elucidação/renúncia, deciframento/purificação próprias do cristianismo); essa forma “heautocrática” era desenvolvida segundo vários modelos, principalmente em relação a vida doméstica e a vida cívica; haveria uma necessidade de treinos para a luta; apoio da “*askesis*” (que posteriormente será matéria de ensino e instrumento de direção da alma), apesar de nesse período – conforme

Foucault esclarece nessa pesca – ainda não era possível diferenciar a prática da virtude e os exercícios de formação do cidadão, de maneira que se forma ao mesmo tempo “*le maitre de soi et des autres*” (Foucault, 1984a, p.90).

Nesse último aspecto, isto é, nos percursos pelo antigo bloco greco-romano, gostaríamos de dar a palavra e tentar ouvir seu amigo Paul Veyne.

O indivíduo, em sentido filosófico e político, isto é, atado à sua própria identidade como “consciência ou conhecimento de si” é, ao mesmo tempo, “sujeito” de um rei, alguém que *pensa* alguma coisa de sua obediência e de seu mestre, e também de si mesmo, como sujeito dócil ou indócil de seu rei (descarta-se assim a inconsciência do rebanho). Ao elencar, de partida, todos esses elementos e supostos, Veyne no *Colóquio sobre o Indivíduo*, na exposição “O indivíduo atingido no coração pelo poder público”<sup>20</sup>, se permite falar da *imagem de si mesmo (image de lui-même)*. O indivíduo é um ser que dá valor e permanece atado à imagem que tem de si próprio. É o cuidado dessa imagem<sup>21</sup> que o leva a desobedecer, revoltar-se, e mais amiúde, a obedecer ainda mais...<sup>22</sup> Opera-se, na relação consigo mesmo em tanto que se obedece ao poder público; não há oposição total à sociedade nem ao Estado e, poderíamos acrescentar aí, a existência de diversas modalidades de obediência detectadas por Paul Veyne. Nesse sentido, a relação que o indivíduo estabelece com o poder público é a mesma que teria com outro in-

divíduo<sup>23</sup> que o tivesse humilhado ou confortado em seu orgulho e grandeza (*fierté*). Em outros escritos temos desenvolvido o exemplo histórico romano que Paul Veyne destaca nessa ocasião, Nero, marcando os aspectos que considerávamos matizes inesperados<sup>24</sup>. Mas, desta vez destacaremos como o exemplo Nero não é analisado como caso psicológico particular, mas como projeto político que alterou as relações e imagens de si que os súditos diferenciados possuíam; haveria uma determinada imagem de si no caso da plebe (que não universalizava seus valores e obedecia ao mestre com valores que se revelavam superiores) e outra no caso dos notáveis (nobres, instruídos), que exigiam ser governados não só por aquele que era capaz de governar a si mesmo, mas também por quem os governava numa relação entre semelhantes. No caso de Nero teria emergido o problema de seu estilo de mando alterando as *relações* ele-eles<sup>25</sup>. Num diagnóstico de historiador, Veyne sustenta que a mudança no estilo teria provocado a queda de Nero, pois senadores e notáveis queriam ser tratados por ele de igual a igual, segundo o estilo de comando da época.

Problema de desobediência, na medida em que não seria possível suportar a obediência “a um chefe genial”. Haveria, nesse caso, sempre subjetivação diferencial, pois a subjetivação era de classe. Foi esse detalhe que talvez tenha sido esquecido ou não percebido por seu amigo Foucault em suas diversas análises sobre o *cuidado de si* no bloco greco-romano? Veyne não disse uma palavra

a respeito, nem escreveu sobre isso, simplesmente dedicou o texto a Foucault, na forma de continuação das conversas divertidas que mantinha com seu amigo, aproveitando a ocasião desse Colóquio para introduzir também a análise de uma imagem (ou episódio famoso, para usar as palavras de Veyne) que ninguém até então havia compreendido: Nero se exibindo como *cocheiro e músico* em Olímpia: episódio diagnosticado como crise de utopia política, pois Nero queria levar ao poder a fascinação amorosa entre o príncipe e seus súditos (sujeitos) em uma relação idêntica àquela exercida por um virtuoso diante de um público de melômanos. Nero, aliás, foi original, pois não atuou como um tirano da época, querendo ser cumprimentado como deus vivo. Exemplo veyniano não inocente capaz de levar a uma conclusão sobre a subjetivação; não se trata de uma problemática filosófica, mas exclusivamente histórica, uma vez que o sujeito dos filósofos varia historicamente<sup>26</sup>.

Interessa destacar também, na referida comunicação, a aproximação com a obediência ativa que já mencionávamos em Hobbes. Veyne dirá, talvez rindo dos filósofos: *Ativo, logo sujeito: obedecer é fazer de si mesmo o que outro disse que temos que fazer*. Será um problema de poder, que, na avaliação veyniana, aparece como “condução de condutas”<sup>27</sup>, formulado da seguinte forma: *a que título faço eu o que se me faz fazer?* Problema para historiador, pois, nessa perspectiva, são os historiadores que teriam uma palavra a dizer sobre isso. Por outra parte, nestas cadeias de vozes e possíveis

*dizeres verdadeiros*, há também uma consideração sobre o Estado como entidade locutora:

O Estado não pode aparecer em sua totalidade soberana se não entrando na comunicação; dito de outra forma, haverá um chefe que terá a primeira ou última palavra. É isso, um chefe é comunicacional; porém saber quem realmente comanda e sobretudo porque todos obedecem é uma questão que se situa em outro lugar. (Veyne, 1987, p. 17)

Dessa forma, se o Estado se torna entidade locutora, é preciso que um homem lhe empreste sua voz, pois uma entidade não tem voz. Podemos acrescentar que à medida que se torna necessário um chefe, é preciso repetir diferencialmente a Reflexão N° 1398 de Kant:

O homem é um ser que precisa de um chefe. Até os homens que acreditam dominar também precisam de tal chefe; e eles são pouco capazes de se valerem desta sua chefia, se finalmente é um homem que deve ser o último chefe (cit. in: Lebrun, 1984, p.117).

Finalmente, teríamos que destacar que Foucault e Veyne não só tiveram que ficar atentos às ressonâncias da Voz de Deus e do Soberano na história e filosofia ocidentais, como também ambos tiveram que lidar, cada um de seu jeito, com um espelho de cem faces: o “Assim falou Nietzsche”. É claro que os ouvidos foucaultianos e veynianos estavam prontos para escutar o “Deus está morto” como a “Verdade está morta”, problemática presente e capaz de amarrar



seus diversos escritos, determinando seu diferencial ‘situar-se’ nos cenários filosóficos ou, na *Fábula* a partir de Nietzsche. Porém e, ao mesmo tempo, podemos vislumbrar como ambos os pensadores franceses procuraram estratégias para se desfazerem de muitas outras ressonâncias auditivas, que por intermédio do nome Nietzsche, iam sendo introduzidas no cenário pós-nietzscheano<sup>28</sup>)...

Limitemo-nos às problemáticas da obediência e resistência aqui esboçadas, permanecendo-nos atentos aos ecos nietzscheanos: Como lidar com forças, multiplicidades, corpos, sem levar em conta um *assim falou Nietzsche*? Na própria discursografia foucaultiana (aquela do segredo de ser sem segredo), especialmente nas suas análises sobre a antiguidade, é possível escutar o discurso e segredo da vida:

(...) Mas onde encontrei vida, ali ouvi falar a obediência. Todo vivente é um obediente. E isto em segundo lugar: Manda-se naquele que não pode obedecer a si próprio. Tal é o modo do vivente. Isto, porém, é o que ouvi em terceiro lugar: mandar é mais difícil que obedecer. E não apenas porque aquele que manda carrega o fardo de todos os que obedecem, e facilmente esse fardo o esmaga. Apareceu-me uma tentativa e um risco em todo mandar; e sempre que manda o vivente arrisca a si próprio no mandar. Sim, mesmo quando manda em si próprio: também aqui tem ainda de pagar pelo mando. Por sua própria lei ele tem de se tornar juiz e vingador e vítima. (Nietzsche, 1983, p.238)

Neste sentido, podemos pensar que na própria problemática da resistência, haveria uma certa organização, um certo comando-

-obediência de determinadas forças que se dobram como “resistência” diante de uma coisa ameaçadora ou presunçosa ou – mais elaborada e concentradamente -- diante de um inimigo<sup>29</sup>.

Ao mesmo tempo, e num cenário ocidental em que “o fraco termina compreendendo e legitimando sua *incapacidade de resistir*” (Lebrun, 1988, p.184), não estaria também ecoando a voz de Nietzsche, na forma de possíveis ressonâncias póstumas?

Citemos o §29 do *Anticristo* de Nietzsche escolhido por Lebrun precisamente ao tratar da resistência em *O avesso da dialética*:

O contrário de toda luta, de toda sensação de combater converteu-se em instinto: a incapacidade de resistir transforma-se em moral (‘não resistas ao mal’, o mais profundo dito dos Evangelhos, de certa forma a chave para eles), a beatitude na paz, na cordura, na incapacidade de ser inimigo.(Lebrun, 1988, p.184)<sup>30</sup>

Por outro lado, como separar Veyne e sua preocupação com as modalidades da obediência ou despojá-lo de um de seus instrumentos de análise histórica - a reatividade e o ressentimento (Veyne, 1985, p.72) - sem ouvir ecos desse *assim falou Nietzsche?* Escutemos finalmente, no meio dessas ressonâncias, o Nietzsche do aforismo 335 da *Gaia Ciência* no qual aparecem diversas modalidades de obediência à consciência moral<sup>31</sup>:

“Como ela nasceu?” Precisas perguntar, e posteriormente ainda: “O que me leva propriamente a lhe dar ouvido?” Podes dar ouvido ao seu comando como um bravo soldado, que escuta o comando de seu oficial. Ou como uma mulher que ama aque-

le que comanda. Ou como um adulator e patife que tem medo do comandante. Ou como um imbecil que segue porque não tem nada tem a dizer contra. Em suma, de cem modos podes dar ouvido à tua consciência (Nietzsche, 1983, p.206, 207).

---

## Notas

\* Possui graduação em Filosofia e Educação na Universidad de Chile (1976), Mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1994) e Doutorado em Ética e Filosofia Política pela Universidade de São Paulo (2000). Atualmente é professora do Departamento de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Pesquisadora Colaboradora no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, com pós-doutoramento sobre Cenários Filosóficos (2011-13) já concluído. Trabalha temáticas relacionais na esteira de Nietzsche, coordena o Grupo “Nietzsche e o pensamento atual” e participa dos Grupos: “Ética e Filosofia Política”, “Grupo de Pesquisa Michel Foucault” e “Filosofia Francesa Contemporânea”. E-mail: redial@uol.com.br

1 Sob o título “Obedecer: Escutando ecos nos escritos de M.Foucault e P. Veyne”, a primeira parte deste artigo – com pequenas modificações – já tinha sido objeto de nossa participação no VI Encontro do GT de Filosofia Francesa Contemporânea. Deixo constância também que, não sendo minha língua materna o português, o presente escrito teve a cuidadosa revisão de Maria Cristina Oropallo.

2 Por exemplo, a Morte de Deus, anunciada no mercado pelo homem louco (Der tolle Mensch) na Gaia Ciência, aforismo 125 (Nietzsche: 1982, p. 137-139).

3 Nesta cadeia há o par apetite-aversão. Posteriormente, ou após o “último querer”, temos o par: ação-omissão.

4 Segundo Terrel (1994), Hobbes tem por objetivo “propor novas razões para obedecer”. De acordo com Renato Janine Ribeiro, trata-se de “persuadindo o leitor a obedecer, produzir obediência e cidadão” (Ribeiro, 1984, p.23)

5 Não é por acaso que havendo periculosidade na deliberação, ela seja cuidadosamente tratada na República. Hobbes estabelece os perigos da linguagem (Leviatã, IV) e as diferenças entre mando, conselho, exortação e dissuasão (Leviatã XXV).

6 Remetemos ao Verbete Foucault, no Dicionário de Filosofia Política (p.229-232), onde explicitamos essa distinção.

7 Já, posteriormente, em L’Herméneutique du sujet, Foucault dedica a aula de 3 de março de 1982, ao sentido da audição (na ambiguidade de ser passivo e ativo), ao saber escutar e ao silêncio, uma vez que escutar seria, segundo sua leitura, o primei-

ro passo na ascense e subjetivação do discurso verdadeiro, no sentido que, a cultura antiga, que era fundamentalmente oral, permitia recolher o logos, e, neste sentido, “o que se diz de verdadeiro” (Foucault, 2001, pp.317 - 337).

8 Cabe notar que, diferencialmente, o “dizer verdadeiro” da antiguidade não consistia em procurar uma verdade íntima, mas possuía uma relação com probidade e veracidade, constituindo uma relação política.

9 Na leitura de Frédéric Gros, por exemplo, a partir da confissão, “o destino do sujeito verdadeiro no Ocidente estará fixado, e procurar sua verdade íntima será sempre continuar a obedecer (...) somente sou sujeito da verdade, no Ocidente moderno, no princípio e no termo de uma sujeição ao Outro” (Gros, 2010, p. 617).

10 Para mencionar simplesmente esse aspecto de seu pensar com Kant. A nosso ver, a relação Foucault/ Kant, hoje acentuada, poderia ser um sintoma de nossa própria atualidade valorizante.

11 Usamos simplesmente momento para não cair nas armadilhas das ordenações foucaultianas em períodos.

12 Remetemos a nosso artigo “Mapeamentos problemáticos de uma ‘tarefa intelectual’ em Michel Foucault” (Muñoz, 2000, p.35-47)

13 Essa seria ao que parece, uma das opções que a maquinaria hegeliana dissimularia. (Lebrun, 1988, pp.11 e 184)

14 Cabe mencionar, como exemplos desse esforço de trabalhar afirmativamente, duas aurais referências encaminhadas como tentativas: Liberar do negativo o conceito de “transgressão” (de Bataille) e fazê-lo afirmação da partilha, designando “l’être de la différence” (Foucault, 1963, p.756.); Pensar o princípio de contestação (de Blanchot) fora de uma negação generalizada, isto é, como “afirmação não positiva” (Foucault, 1963, p.756, 757.)

15 Der Staat is eine List teria afirmado Hegel. Neste sentido Lebrun considera que “O Estado Moderno é menos abertamente dominador, e mais manipulador; preocupa-se menos em reprimir a desobediência do que em preveni-la” (Lebrun, 1984, p.85). Nessa perspectiva Hegel, Durkheim e Foucault coincidiriam em que o poder estatal mais do que esmagar indivíduos os produz, dando-lhes bons hábitos e tendendo a instituir o social. (Lebrun, 1984, p.87)

16 Desenvolveremos esse ponto posteriormente.

17 Dela já tratamos em outros Encontros do Grupo de Filosofia Francesa Contemporânea. Assim, por exemplo, in: Muñoz, 2009, p.130.

18 Lembremos que na Tábua de Categorias, naquela referente à Da Relação, Kant distingue: Inerência e subsistência (substantia et accidens); causalidade e dependência (causa e efeito) e comunidade (ação recíproca entre o agente e paciente) (Kant, 1985, p.111)

19 Neste sentido Foucault entrega uma pista ao afirmar que, em seu trabalho, se trata de relações (“rapports” e “relations de conditions”), e não de relações de causa/

efeito e a “fortiori d’ identité” (Foucault, 1984c, p.22).

20 Já a partir do título podemos dizer que não se trata do indivíduo contra o Estado, como seria no liberalismo, mas de um indivíduo que teria sido ferido pelo poder público (não pelo Estado). Para Veyne a palavra indivíduo só pode ser usada em relação com o coletivo. (Muñoz, 2003, pp. 159-161)

21 Teríamos que entender que o cuidado de si mesmo, tão acentuado na pesca greco-romana de seu amigo Foucault, inclui o cuidado com a imagem de si mesmo, nela compreendida a obediência ou desobediência ao Estado ou sociedade.

22 Neste sentido Deleuze, de quem numa ocasião Veyne disse que era um “nobre espírito que queria que as coisas fossem como ele queria”, pensava que havia uma comunidade entre povo, filosofia e arte: “resistir, resistir à morte, à servidão, ao intolerável, à vergonha, ao presente” ( G. Deleuze, F. Guattari, 1992, p.142).

23 Não esqueçamos a presença de Paul Ricoeur, neste colóquio Sobre o Indivíduo que aconteceu em Royaumont, Outubro, em 1985.

24 Assim, por exemplo, Muñoz, 2010, p.134.

25 Neste sentido das relações Veyne parece detectar problemáticas despercebidas por historiadores e filósofos, por exemplo, as mudanças nas relações dos homens com os deuses lhe permitirão diagnosticar transformações históricas no Império Romano e para além dele. (Veyne, 1998, p.152,153) e (Veyne, 2005, pp. 419-543)

26 Para avaliar essas variações históricas, o próprio marcar matizes do trabalho de Veyne, poderia ser acompanhado: Assim, por exemplo, no Homem Romano, ao tratar da problemática histórica da humanitas esclarecerá que na época romana governar com humanidade é dever de um chefe. Ele deve tornar felizes os que governa”. Deve mostrar-se cheio de humanitas. Respeito é parte principal dessa humanitas, porém trata-se de respeitar as desigualdades. (Veyne, 1992, pp. 283-302).

27 Em outras ocasiões temos nos referido à opção veyniana que faz do poder o que para seu amigo Foucault é simplesmente o funcionamento do poder. Neste sentido é como se Veyne dissesse: o poder não é outra coisa além de seu funcionamento!

28 Formalmente não será sem inocência que Foucault silenciará o “porta-voz Zarathustra”, posteriormente à sua própria análise do Fürsprecher no *Theatrum Philosophicum* (Foucault, 1970, pp.885-908) e Veyne tomará distância da voz única de Nietzsche e citará de forma cuidadosa e constante Nietzsche e mais alguém.

29 Consideramos neste sentido o diagnóstico foucaultiano do perigo principal e sua re-leitura da afirmação de Spinoza, já trabalhada por Nietzsche no aforismo 333 da *Gaia Ciência* (Nietzsche, 1982, p.205, 206) e modificada pontual e estrategicamente - em termos de “antes” e “atrás” dos acontecimentos - o que entrega pistas sobre o complexo papel do “não” na discursografia (Foucault, 1974, p. 15,16).

30 Neste sentido também podemos mencionar o fragmento póstumo da primavera de 1988, n.14[65], in *KSA*, vol.13, p.250 (cit. in: Giacoia, 2013, p.206) no qual Nietzsche se refere à herança, não de doenças, mas de “constituições enfermças

(Krankhaftigkeit): a impotência (Unkraft) na resistência contra o perigo de imigrações nocivas etc.; a força de resistência quebrantada - expresso moralmente: a resignação e a humildade perante o inimigo”.

31 Oswaldo Giacoia Jr, (Giacoia, 2012, p. 165) esclarece que, “consciência moral para Nietzsche não é a voz de Deus em nós, como em Kant; ao contrário, o tribunal interior da consciência moral é, para Nietzsche, a crueldade internalizada do ressentimento sublimada na forma de corte judiciária, que julga, condena e castiga incessantemente, o triunfo de uma perspectiva de interpretação que coloca o universo – e nele a existência humana na história – sob a égide do débito (desobediência à lei moral) e do crédito (obediência incondicional a ela), da recompensa (a bem-aventurança como prêmio para a renúncia a si) e do castigo (a condenação pelo desejo egoísta), da culpa (pecado) e da expiação (castigo)”.

---

## Referências Bibliográficas

- DELEUZE, Gilles. Pourparlers (1972-1990). Paris, Éd. de Minuit, 1990.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. O que é filosofia? Trad. Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro, Editora 34, 1992.
- FOUCAULT, Michel. “Préface à la transgression”, IN : Critique 195-196: 751-769, août-septembre 1963, Hommage à G. Bataille.
- FOUCAULT, Michel . “La pensée du dehors”. IN : Critique 229: 523-546, juin 1966.
- FOUCAULT, Michel “Theatrum philosophicum”, IN : Critique, no 282, nov., 1970, pp. 885-908.
- FOUCAULT, Michel. L’ordre du discours (Leçon inaugurale du Collège de France, 2 décembre 1970). Paris, Gallimard, 1971.
- FOUCAULT, Michel “A verdade e as formas jurídicas”, trad. Roberto Machado, CADERNOS da PUC, Rio de Janeiro, 16: 5-102, 1974.
- FOUCAULT, Michel L’usage des plaisirs. Histoire de la sexualité II. Paris, Gallimard, 1984(a).
- FOUCAULT, Michel “Deux essais sur le sujet et le pouvoir: I. Pourquoi étudier le pouvoir: la question du sujet; II. Le pouvoir, comment s’exerce-t-il?”, in H. DREYFUS & P. RABINOW. Michel Foucault. Un parcours philosophique. Paris, Gallimard, 1984 (b).
- FOUCAULT, Michel « Dossier Michel Foucault », in: Le Magazine Littéraire, 207, mai, 1984c.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Organização, introdução e revisão técnica

- de Roberto Machado. 5a ed. Rio de Janeiro, Graal, 1985.
- FOUCAULT, Michel, Dits et écrits. Paris, Gallimard, 1994, 04 vols.
- FOUCAULT, M. "Do governo dos vivos (1979-1980)". In: Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982). Trad. Andréa Daher. RJ, Zahar, 1997.
- FOUCAULT, Michel, L'Herméneutique du sujet, Paris, Gallimard, 2001.
- FOUCAULT, Michel, Segurança, Território, População, (1977-1978), trad. Eduardo Brandão, São Paulo, Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel, Du Gouvernement des vivants (1979-1980) Paris, Gallimard, 2012.
- GIACOIA Júnior, Oswaldo. Kant X Nietzsche. Uma disputa permanente a respeito de liberdade, autonomia e dever. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; São Paulo: Casa da Palavra, 2012.
- GIACOIA Júnior, Oswaldo. Nietzsche, o humano como memória e como promessa, São Paulo, 2013, Ed. Vozes.
- GROS, Frédéric. "Situação do curso". In: FOUCAULT, M. A hermenêutica do sujeito. Trad. Salma Tannus Muchail e Marcio Alves da Fonseca, São Paulo, Martins Fontes, 2004, p.613-661.
- HOBBS, Thomas. The English Works of Thomas Hobbes of Malmesbury. Ed. W. Molesworth. London, 1839-45. Reimpresão: Aalen, Scientia Verlag, 1966.
- HOBBS, Thomas. Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. Trad. de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo, Abril Cultural, 1979 (col. Os Pensadores).
- HOBBS, Thomas. Do cidadão. Trad. de Renato Janine Ribeiro. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- KANT, Immanuel. Crítica da Razão Pura, Trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.
- LEBRUN, Gérard. O que é poder, Tradução Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Abril Cultural, Brasiliense, 1984.
- LEBRUN, Gérard O avesso da dialética. Hegel à luz de Nietzsche. Trad. de Renato Janine Ribeiro. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- MUÑOZ, Yolanda Gloria GAMBOA. Fios, teias e redes. O solo foucaultiano. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1994.
- MUÑOZ, Yolanda Gloria GAMBOA. "Mapeamentos problemáticos de uma 'tarefa intelectual' em Michel Foucault" In: Revista Margem Nº12, Fac. de Ciências Sociais, PUC-SP, Educ, Fapesp, 2000, p. 35-47.
- MUÑOZ, Yolanda Gloria GAMBOA. "Na esteira da Psicologia Política" in: Fragmentos de Cultura, Goiânia, v.13 especial, out. 2003, p.157-166.
- MUÑOZ, Yolanda Gloria GAMBOA. Escolher a montanha: os curiosos percursos de Paul Veyne. Ed. Humanitas - USP/FAPESP, 2005.
- MUÑOZ, Yolanda Gloria GAMBOA. "ARMADILHAS, HUMOR E TRANSFIGURAÇÃO:

M. FOUCAULT, P. VEYNE”, IN: FILOSOFIA FRANCESA CONTEMPORÂNEA, ORG. MARCELO CARBONE CARNEIRO E HÉLIO SALLES GENTIL, SÃO PAULO, CULTURA ACADÊMICA, 2009.

MUÑOZ, Yolanda Gloria GAMBOA. “Verbete Foucault”, In: Dicionário de Filosofia Política, org. Vicente de Paulo Barretto, São Leopoldo, RS, Ed. UNISINOS, 2010.

MUÑOZ, Yolanda Gloria GAMBOA. “LA DIMENSIÓN ESPACIO-TEMPORAL EN LAS PERSPECTIVAS DE MICHEL FOUCAULT Y PAUL VEYNE”, IN: LA LÁMPARA DE DIÓGENES, AÑO 11, NUMEROS, 20 Y 21, BUAP, MÉXICO, JUL.-DIC. 2010.

NIETZSCHE, Friedrich Kritische Studienausgabe der Werke Nietzsches (KSA). Hrsg. v. G. Colli und M. Montinari. München, DTV / W. De Gruyter, 1980, 15 vols.

NIETZSCHE, Friedrich Die Fröhliche Wissenschaft, Frankfurt, Insel Verlag, 1982.

NIETZSCHE, Friedrich. Obras incompletas. Trad. de Rubens Rodrigues Torres Filho. 3a ed. São Paulo, Abril Cultural, 1983 (col. Os Pensadores).

RIBEIRO, Renato Janine. Ao leitor sem medo. Hobbes escrevendo contra o seu tempo. São Paulo, Brasiliense, 1984.

STRAUSS, Leo. “La filosofía política de Hobbes”, in ¿Qué es filosofía política? Trad. de Amando A. de la Cruz. Madrid, Guadarrama, 1970.

TERREL, J. Hobbes. Matérialisme et politique. Paris, J. Vrin, 1994.

VEYNE, Paul “L’Empire romain”, in Histoire de la vie privée. Paris, Éd. du Seuil, 1985

VEYNE, Paul “L’individu atteint au coeur par la puissance publique”, in Colloque de Royaumont. Sur l’individu. Contributions de P. Veyne, J.-P. Vernant, L. Dumont, P. Ricoeur, F. Dolto, F. Varela, G. Percheron. Paris, Éd. du Seuil, 1987

VEYNE, Paul “O indivíduo atingido no coração pelo poder público”, in VEYNE, P. Indivíduo e poder. Trad. de Isabel Dias Braga. Lisboa, Edições 70, 1988.

VEYNE, Paul “Cap. XII: Humanitas - Romanos e não romanos”, in Andrea GIARDINA (dir.). O homem romano. Trad. de Maria J. Vilar de Figueiredo. Lisboa, Presença, 1992.

VEYNE, Paul Les Mystères du Gynécée. Avec F. Lissarrague et F. Frontisi-Ducroux. Paris, Gallimard, 1998.

VEYNE, Paul L’Empire Gréco-romain, Paris, Éd. du Seuil, 2005.



---

## Apêndice

### O “caso Chile“ sob a perspectiva da obediência.

**Yolanda Gloria Gamboa Muñoz** (Professora PUC-SP e Pesquisadora-Colaboradora UNICAMP)

O depoimento oral e pontual que – a modo de apêndice - juntamos a seguir, aconteceu em 01/10/13, durante a XI Semana de Relações Internacionais, PUC/SP, na Mesa titulada: **Heranças das ditaduras Latino-americanas.**

- Gostaria de agradecer sinceramente o convite dos estudantes de Relações Internacionais para compor essa Mesa; muitos deles foram meus alunos em mais de 15 anos que leciono Filosofia neste curso, embora até agora não tivéssemos a oportunidade de conversar sobre uma temática como a proposta hoje.

- Minha referência será o “caso Chile” como uma possibilidade de usar lentes de aumento para visualizar – e, sobretudo, escutar, uma vez que destacarei a problemática da obediência – em uma situação mais abrangente.

- Podemos dizer que há dois modelos diferentes de obedi-

ência no ocidente, um oriundo do exército e outro da igreja. Coincidentemente o Chile do Império Espanhol, que não era um Virreinato (como o Perú), mas uma simples Capitania Geral que ficava na fronteira mais pobre do Império, estava constituída principalmente por militares e eclesiásticos. Porém, hoje não farei referência à história de Chile, mas ao caso da Ditadura Militar no ano 1973.

- Ao estudar a obediência é possível constatar como estão estreita e diferencialmente relacionadas o obedecer e as vozes de comando. Na ocasião do Golpe surgiu a voz de Comando da Junta Militar (posteriormente auto-nomeada *Potestas Constituinte*) na boca do General Augusto Pinochet dizendo: *O Congresso entrará em recesso até nova ordem!*

- O grande problema para a ditadura era precisamente como impor a obediência a uma população civil engajada, consciente, mobilizada e organizada que não estava disciplinada para escutar ordens militares e que poderia resistir e não estava pronta a obedecer, como estaria um exército que **tem que** obedecer à voz do comandante. Uma declaração de Pinochet sobre essa época pode ilustrar essa situação: *Passei 40 anos de minha vida obedecendo ordens, então, quando precisei mandar, mandei!!*

- Há dessa forma uma demanda e necessidade de criar obediência ou sujeitos dóceis dispostos a obedecer. Para lográ-lo repete-se o procedimento mais brutal da civilização: castigos, torturas e mortes exemplares que se mostram, e, a seguir, a técnica em que

apostam as ditaduras latino-americanas: os desaparecimentos (sem corpo, voz ou discursos). Levantam-se, no entanto, as vozes dos familiares que não calam e se escutam, até hoje, em diversas ressonâncias. Ao Chile chegam técnicas e diretrizes oriundas do “Laboratório Brasil”. Um detalhe: o Delegado Sérgio Fleury visita o Chile no mesmo dia do Golpe, havendo também uma concentração da força aérea brasileira (FAB) ao sul e da armada americana perto do mar chileno. Criam-se Campos de Concentração (Na ilha Dawson, no Estrecho de Magallanes, na ilha Quiriquina, no norte, em Chacabuco, no Estádio Nacional, no Estádio Chile, Três e Quatro Álamos), centros de detenção (Villa Grimaldi) e casas de tortura espalhadas ao longo de todo o país.

- Impor o medo na sociedade civil será a arma privilegiada. Acontecem suspeitos acidentes aéreos (caso do general Oscar Bonilla que “tende à democracia” e dos técnicos franceses); encontra-se ou inventa-se o inimigo, tornando-o poderoso: o comunismo como “doença” que possui uma “estratégia sem tempo” (segundo Pinochet). A voz de Pinochet é ouvida pelos diversos setores da sociedade: Para as lideranças políticas, preocupadas com o Estado de Direito, é possível ouvir em cadeia nacional: *Isto, senhores, já se acabou!!!* Para aqueles jornalistas que fazem muitas perguntas Pinochet ameaça: *Cuidado! Ele sabe que com uma perguntinha inocente eles pegam um fio e logo vêm o barulho das latas presas ao fio...*

- Três armas mais sutis e de diferente peso irão logo ajudar no processo de *domesticação* da sociedade:

a) A Imposição de uma Nova Constituição (num plebiscito-fraudado em Estado de Sítio, sem registros eleitorais) vigente até hoje, transforma o Estado em Subsidiário dos empreendimentos privados possibilitando todo tipo de privatizações.

b) Aplica-se uma tática geopolítica nas regiões do interior (províncias) mais resistentes ao regime militar: enviam-se setores pobres marginais, com muita delinquência e, potencialmente colaboradores, para essas regiões, oferecendo-lhes vivendas populares, mas não trabalho.

c) Um modelo econômico é imposto na ditadura, baseado na economia social de mercado neoliberal de Milton Friedman, popularmente chamado de Chicago-Boys criando, então, a imagem de um “milagre econômico” (imagem que se difunde aqui via Globo, por exemplo). A CIA já havia intervindo politicamente no Golpe, pois se sentia mais medo de Allende do que de Fidel, em vistas de uma possível implementação do Modelo da Unidade Popular (via democrática ao socialismo). Estabelecem-se ligações econômicas que liberam o saqueio ao país e que permanecem até hoje. As dificuldades do Chile integrar o MERCOSUL, em parte provêm desses acordos econômicos com EE.UU., pois é preciso considerar

na análise dessa situação o que Bolívar já dizia em 1926 “Chile não colaborava nem com um prego na independência de América Latina”. O que se oculta é o significado que esse milagre teve para alguns, como por exemplo, a classe média ter sido empurrada para a pobreza gerando uma desigualdade social gritante correlata a uma acelerada acumulação capitalista, que hoje é ainda muito maior. A renda per capita, a mais alta de América Latina (US 9.500), aumenta o PIB (produto Interno bruto), embora os índices de desigualdade aumentem vergonhosamente. A situação é acelerada na *Concertación* da chamada transição pactuada dos governos democráticos. Há um livro recente que trata seriamente dessa problemática: *El derrumbe del modelo. La crisis de la economía de mercado en el Chile contemporáneo*. Alberto Mayol. Santiago de Chile, LOM Ed., 2012.

- Sei que vocês dos anos 85 para cá escutaram falar do *Não*, da resistência chilena, etc., mas isso foi sendo produzido aos poucos e impulsionado pelas novas gerações que já não tinham mais medo. Há alguns acontecimentos que marcam essa transformação: A mudança de estratégia do partido comunista (Manuel Rodrigues); o atentado contra Pinochet; o começo dos protestos e o surgimento de velhos e novos líderes. Houve realmente uma volta à democracia como da alegria exposta no filme do *Não*? Em parte, mas não no fundamental. A Constituição continua sendo até hoje a de Pinochet.

O grande teatro do que aconteceu pode ser resumido naquele gesto de Pinochet, transformado em Senador vitalício seguindo as regras de sua própria Constituição e que, após ser detido na Inglaterra pelo recurso do juiz espanhol Baltazar Garzón, é liberado por estar aparentemente doente e, chegando ao Chile, levanta-se da cadeira de rodas. Uma encenação para os gringos!!!!

**Heranças?** Eis a pergunta para nossa Mesa.

- Até agora tem havido processos no Chile, mas só algumas condenações brandas dos mandos médios. Alguns “bodes expiatórios” foram escolhidos e enviados às prisões de cinco estrelas: Manuel Contreras (dirigiu a DINA- Dirección de Inteligencia Nacional) generais (como, por exemplo, Odlanier Menas Salinas, que acaba de se suicidar).

- Os laços da opinião pública com o modelo econômico não podem ser minimizados.

a) Michelle Bachelet (primeiro mandato) estabeleceu uma relação afetiva com a população. Há depoimentos da época que mostram como havia consciência de se estar mal, pois a *Concertación* ajudava na acumulação do PIB, embora em diversos setores surgisse a pergunta: Como vamos fazer greve à Michelle?

b) Sebastián Pinheira, atual presidente eleito (depoimento

de 01-10-2013), estabelece com a sociedade uma relação comercial. Bem sucedido economicamente, dono da Lan-Chile, etc., faz uma espécie de contrato comercial implícito com a população: todos seriam gerentes da Empresa-Chile. Essa tentativa do chamado “milagre econômico” já havia surgido com Pinochet: todos se sentiam “jaguares” (jaguaticas). Sem cumprir o acordo tácito e mesmo sendo o povo chileno muito politizado, a parte econômica cedeu, pois duvido que os chilenos queiram abrir mão das televisões de Plasma (que, como eles dizem, até os argentinos compram!) Foram criados *sujeitos endividados* (uma outra forma de obediência... podemos dizer).

- Uma outra consequência interessante, que merece ser levada em conta é o alto índice de doenças mentais, uma das mais altas do mundo. Há estudos que mostram que existe uma relação com o crescimento do PIB. Fenômeno que tem sido denominado “o mal-estar da cultura chilena”.

- Os jovens impulsaram efetivamente mudanças, desde a “revolução dos pinguins”, em que estudantes secundários entre 12 e 17 anos pararam um milhão de estudantes em todo Chile, organizando-se pela via do celular e posicionando-se contra o modelo neo-liberal imposto. Estes estudantes, sabem que seus pais gastam e se endividam para educá-los (geralmente precisam escolher um filho entre os membros da família para estudar), pois o ensino gra-

tuito acabou, o ensino secundário foi colocado sob a tutela das Prefeituras, e todas as Universidades são atualmente pagas. A chamada “revolução dos pinguins” aconteceu ainda no Governo Bachelet (primeiro mandato). Só em 2011, com Pinheira no governo, houve aquela conhecida paralização nas escolas que se estendeu por 7 meses, difundida pelos meios de comunicação, na qual surgiram líderes estudantis (Camila Vallejo, por exemplo), que possibilitaram a escuta de autênticas vozes de *resistência* (para retomar nossas cadeias de vozes mando-obediência) reivindicando o fim do modelo econômico imposto e levando para as passeatas cartazes com grandes mochilas e o desenho da Constituição de Pinochet. A voz dos cartazes declarava: *É isso que carregamos à Escola...*

Finalizo com a voz dos estudantes nas passeatas:

*Que nos vengan a ver; que nos vengan a ver, este no es un gobierno, son puras leyes de Pinochet!!!!*